



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SERVIÇO DE CANIL CENTRAL - SECAN/DIREN/CGPRE/DICOR/PF

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO

(PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA)

PREGÃO Nº/2017

(Processo nº 08200.007028/2017-80)

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva, para fornecimento de mão de obra de **Adestrador de Animais (cães)**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e na **Tabela 01** abaixo discriminada:

Tabela 01

ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	QUANT. DE POSTOS	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO / POSTO	VALOR MENSAL MÁXIMO
01	Contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de mão de obra da categoria Adestrador de Animais (cães) - CBO 6230-05 , de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações, sob o regime de execução indireta, com jornada trabalho de 40 (quarenta) horas semanais , de segunda a sexta-feira, com fornecimento de EPI's e Uniformes (Tabela 02) , e com pagamento de Adicional de Periculosidade no valor de 30% (trinta por cento) , de acordo com as especificações e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.	06 postos diários	7.192,82	43.156,92
VALOR ANUAL MÁXIMO				517.883,04

2. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Da Necessidade da Contratação

2.1.1. Para atuar na área de prevenção e combate ao crime organizado a Polícia Federal (PF) conta, entre outros, com o trabalho de detecção de drogas e explosivos/munições desenvolvidos com a utilização de cães detectores;

2.1.2. A aquisição dos serviços nas quantidades e especificações constantes neste Termo de Referência visa atender especificamente à demanda dos serviços relativos ao treinamento e adestramento dos cães detectores do Serviço de Canil Central (SECAN) da PF, objetivando

promover o desenvolvimento das atividades de detecção com maior agilidade, eficiência e eficácia;

2.1.3. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, caracterizando-se como atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do Órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos;

2.1.4. Os serviços a serem contratados são atualmente objeto do Contrato nº 06/2014-COAD/DLOG, cuja vigência vai até 01 de abril de 2018 ou até a finalização do procedimento licitatório em questão.

2.2. Das especificações Técnicas do Serviço

2.2.1. O serviço de adestramento consiste, entre outras, das seguintes atribuições:

2.2.1.1. Executar diariamente as atividades constantes do cronograma de treinamento dos animais;

2.2.1.2. Registrar através de anotações diárias o desempenho individual dos cães;

2.2.1.3. Elaborar e encaminhar à Área de Ensino do SECAN relatórios semanais, onde deverão constar todas as anotações pertinentes ao treinamento desenvolvido durante a semana;

2.2.1.4. Efetuar semanalmente a limpeza das viaturas exclusivas para o transporte de cães e de todo o material de treinamento;

2.2.1.5. Notificar o responsável pela Área de Veterinária do SECAN toda e qualquer suspeita de enfermidades e/ou afecções observadas nos cães;

2.2.1.6. Comunicar ao responsável pela Área de Ensino do SECAN todo e qualquer problema que estiver impedindo o bom treinamento dos cães;

2.2.1.7. Providenciar e preparar todo material necessário para os treinamentos conforme a faixa etária dos cães;

2.2.1.8. Acompanhar os policiais/instrutores em serviços externos ao SECAN para desenvolvimento das tarefas de socialização e treinamento externo dos cães;

2.2.1.8.1. Os deslocamentos de que trata o subitem anterior poderão ser realizados em viaturas ou a pé, conforme a necessidade de serviço.

2.3. Da Adoção de Postos de Trabalho

2.3.1. Tendo em vista as peculiaridades dos serviços a serem executados, que tem como objeto de trabalho um ser vivo, foi considerada, s.m.j., a adoção de unidade de medida através de postos de trabalho, de acordo com o previsto no § 1º do artigo 11 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 30/04/2008;

2.3.2. A opção por postos de trabalho levou em consideração a variação da demanda diária individual dos animais, considerando que o desempenho e a resposta dos animais aos treinamentos a que são submetidos são incomensuráveis, tendo em vista serem sensíveis a fatores externos ou fisiológicos;

2.3.2.1. Essa variação da demanda tem como consequência a definição de um trabalho diário diferenciado para cada animal, com duração distinta, sujeito ainda às alterações constantes em função da performance do cão, evitando-se ao máximo o estresse e o desgaste físico do animal.

2.3.3. Outro fator considerado como obstáculo para adoção de critérios de aferição de resultados é a sazonalidade do número de cães alocados no SECAN, o que também interfere diretamente na demanda diária;

2.3.4. O número de cães alocados no SECAN é variável e depende de vários fatores, entre os quais pode-se citar:

2.3.4.1. O resultado do programa de reprodução;

2.3.4.2. A distribuição/recolhimento de cães para/das as Unidades Caninas Regionais em função de diversos fatores;

2.3.4.3. A aquisição de novos cães;

2.3.4.4. A baixa definitiva dos animais em função de fatores técnicos ou de saúde do animal;

2.3.4.5. A doação dos animais em função da idade, entre outros.

2.3.5. Considerou-se, ainda, como empecilho para utilização da contratação por mensuração pelo resultado obtido, a flutuação do número de animais disponíveis para o treinamento diário, em função de fatores temporários, entre os quais pode-se citar:

2.3.5.1. A baixa temporária ou a definição de treinamento individualizado para determinado animal, em função de algum problema fisiológico;

2.3.5.2. A prescrição de tratamento fisioterápico temporário para determinado animal, em função de problema físico;

2.3.5.3. A demanda de varreduras locais e de missões fora de Brasília que interferem no número de cães disponíveis para o treinamento diário;

2.3.5.4. As missões em Brasília dos operadores e cães regionais para apoio nas atividades do SECAN, assim como, para manutenção/atualização do treinamento, entre outros.

2.3.6. Em face do exposto e considerando que a finalidade precípua da presente contratação é o treinamento e o adestramento dos cães da Polícia Federal para o desenvolvimento dos trabalhos de detecção com eficiência e eficácia, priorizando sempre o bem-estar e a saúde dos animais, visualizou-se a inviabilidade de adoção de critérios de aferição de resultados para pagamento da futura Contratada.

2.4. Da Quantidade de Postos de Trabalho

2.4.1. Atualmente o SECAN conta com efetivo total de 34 (trinta e quatro) animais, conforme Relação de Cães alocados no SECAN anexa, podendo chegar a 39 (tinta e nove), de acordo com a capacidade máxima do Canil, sendo esse efetivo composto por cães detectores de drogas, cães detectores de explosivos e cães filhotes ainda em formação, que irão se especializar em uma das atividades citadas;

2.4.2. Esse número poderá ainda sofrer alterações a qualquer tempo, para mais ou para menos, ao longo da execução do Contrato, em função dos fatores elencados nos subitens 2.3.4 e 2.3.5;

2.4.3. Foi constatado pela Área de Ensino e Treinamento do SECAN, ao longo dos últimos anos, que para o desenvolvimento dos trabalhos diários de adestramento com eficiência e eficácia, faz-se necessário, no mínimo, 01 (um) adestrador para cada grupo de, no máximo, 06 (seis) animais;

2.4.4. Dessa forma, foi definido o quantitativo de **06 (seis) postos de trabalho diários**, objetivando suprir a demanda atual para treinamento de 34 (trinta e quatro) cães, considerando 01 (um) adestrador para cada grupo de 06 (seis) animais;

2.4.5. A distribuição dos adestradores, porém, é suscetível ainda a conduta individual de cada animal, podendo ocorrer distribuição de trabalho distinta da sugerida no subitem anterior, em função de características comportamentais específicas de alguns cães;

2.4.6. Outro fator que pode interferir na estimativa do número de cães atribuídos a cada adestrador é a idade dos animais, uma vez que a intensidade e o tipo de treinamento dos cães adultos são diferenciados em relação ao treinamento dos filhotes.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. Os serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de serviços comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto nº 5.450, de 2005, bem como, nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do Órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos;

3.2. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4. DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

4.1.1. As atividades a serem desenvolvidas pelos Adestradores serão coordenadas e supervisionadas pela Área de Ensino do SECAN e englobam todas as atividades necessárias ao adestramento dos cães detectores do Programa de Cães de Serviço da PF;

4.1.2. Os serviços de adestramento dos cães serão efetuados tanto nas dependências do SECAN, como também em locais externos, de acordo com a necessidade do serviço;

4.1.3. O trabalho será realizado com cães de grande porte de diferentes raças e idades;

4.1.4. A Área de Ensino do SECAN fornecerá à Contratada todas as informações essenciais que se fizerem necessárias à perfeita execução dos serviços;

4.1.5. Todas as técnicas que serão colocadas em prática com os cães serão ministradas por instrutores habilitados da Área de Ensino do SECAN;

4.1.6. O serviço de adestramento deverá seguir uma programação pré-elaborada pela Área de Ensino do SECAN, de acordo com as faixas etárias dos animais, determinada em um cronograma específico de treinamento;

4.1.7. A programação/cronograma supramencionada é variável e depende de vários fatores tais como: o tipo de detecção (explosivos/drogas), o tipo de treinamento (inicial, manutenção, correção de problemas/vícios), o número de cães, o comportamento individualizado dos animais, entre outros.

5. DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

5.1. A demanda do Órgão tem como base as seguintes características:

5.1.1. Do Local e Horário de Execução dos Serviços

5.1.1.1. Os serviços serão prestados no Serviço de Canil Central da PF, localizado no SPO, Quadra 07, Lote 23, Brasília/DF, das 07 (sete) às 16 (dezesseis) horas, de segunda a sexta-feira, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, com intervalo de 01 (uma) hora diária para o almoço.

5.1.2. Das Especificações Gerais dos Serviços

5.1.2.1. Os serviços deverão ser executados em conformidade com a IN SLTI/MPOG nº 02/2008, assim como, de acordo com o estabelecido em Convenção Coletiva de Trabalho vigente ou outra Norma Coletiva aplicável, CLT e demais legislações correlatas em vigor;

5.1.2.2. A empresa a ser contratada deverá possuir sede, filial ou escritório em Brasília-DF, com pessoal qualificado e capacidade operacional suficiente para gerir o Contrato, visando assim a eficácia no gerenciamento do Contrato por parte da futura Contratada;

5.1.2.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta;

5.1.2.4. Para realização dos serviços serão necessários **06 (seis) postos de trabalho** diários, trabalhando **08 (oito) horas por dia**, das **07 (sete) às 16 (dezesseis) horas**, com **intervalo de 01 (uma) hora corrida para alimentação**, de segunda a sexta-feira;

5.1.2.5. Eventualmente, por necessidade de serviço, a jornada de trabalho poderá ser realizada em intervalo diferente do especificado no subitem anterior, desde que seja respeitado o **intervalo de 01 (uma) hora para o almoço** e a jornada de **40 (quarenta) horas semanais**;

5.1.2.6. A Contratada deverá fornecer todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) previstos na legislação vigente, assim como, os Uniformes definidos no **item 07** deste Termo.

5.1.3. Da Sustentabilidade Ambiental

5.1.3.1. A Contratada deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

5.1.3.1.1. Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA e INMETRO, conforme o caso, devendo ser priorizada a aquisição de produtos de limpeza com baixo teor de cloro, solventes, mercúrio, amoníaco e fosfato;

5.1.3.1.2. Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

5.1.3.1.3. Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

5.1.3.1.4. Instruir seus funcionários a comunicar ao Contratante a ocorrências de defeitos nas instalações onde os serviços são prestados, como por exemplo: vazamentos na torneira ou no sifão do lavatório e chuveiros, saboneteiras e toalheiros quebrados, lâmpadas queimadas ou piscando, tomadas e espelhos soltos, fios desencapados, janelas, fechaduras ou vidros quebrados, tapete solto, entre outras;

5.1.3.1.5. Verificar se existem vazamentos de vapor ou ar nos equipamentos de limpeza, falhas no sistema de proteção elétrica e nas condições de segurança de extensões elétricas utilizadas em aspiradores de pó, enceradeiras, etc.;

5.1.3.1.6. Realizar verificações constantes nos equipamentos disponibilizados para execução do Contrato e, quando for o caso, encaminhá-los para manutenções periódicas, evitando consumo desnecessário por falta de regulação adequada;

5.1.3.1.7. Realizar a separação e acondicionamento dos materiais recicláveis (papel, garrafas pet, etc.) disponibilizando para o serviço de coleta da PF;

5.1.3.1.8. Otimizar a utilização dos sacos de lixo, cujo fornecimento é de sua responsabilidade, adequando sua disponibilização quanto à capacidade e necessidade, esgotando dentro do bom senso e da razoabilidade o seu volume útil de acondicionamento, objetivando a redução da destinação de resíduos sólidos, de acordo com a legislação vigente;

5.1.3.1.9. Separar e entregar as pilhas, baterias e aerossóis dispostos para descarte ao responsável da empresa por encaminhar estes materiais aos estabelecimentos que possuem postos de recolhimento e descarte adequado;

5.1.3.1.10. Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento, devendo os aparelhos possuir selo PROCEL, com indicativo de baixo consumo de energia, e selo RUÍDO, com baixa emissão de decibéis;

5.1.3.1.11. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

5.1.3.1.12. Observar que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

5.1.3.1.13. Observar que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

5.1.3.1.14. Observar que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

5.1.4. Da Relação Demanda x Quantidade

5.1.4.1. Atualmente os adestradores são divididos em 03 (três) equipes (A, B e C) compostas por 02 (dois) adestradores cada, que trabalham com grupos de cães em fases de treinamento distintas;

5.1.4.2. A equipe A trabalha com 12 (doze) cães, sendo 09 (nove) cães filhotes em fase de treinamento para detecção de drogas e 03 (três) cães adultos detectores de drogas;

5.1.4.3. A equipe B trabalha com 10 (dez) cães, sendo 06 (seis) cães filhotes em fase de treinamento para detecção de drogas e 04 (quatro) cães adultos detectores de explosivos;

5.1.4.4. A equipe C trabalha com 12 (doze) cães filhotes, todos em fase de treinamento de desenvolvimento de habilidades básicas;

5.1.4.5. Cada equipe é supervisionada e acompanhada por um servidor policial;

5.1.4.6. O período da manhã, normalmente, é destinado aos diferentes treinamentos em áreas externas, tais como: Caesb, CEB, Aeroporto, Rodoviária, Conab, etc., conforme Relação dos Locais de Treinamento anexa;

5.1.4.7. O período da tarde, normalmente é destinado ao treinamento interno, além das demais atividades elencadas no **subitem 2.2**;

5.1.4.8. Essa distribuição, no entanto, frequentemente é alterada em função de ocorrências das diversas missões (varreduras de explosivos ou drogas) que surgem intempestivamente e interferem na disponibilidade dos cães adultos para o treinamento;

5.1.4.9. A variação das rotinas de treinamento pode ser observada nos exemplos dos Cronogramas de Treinamento dos últimos 03 (três) meses, anexos.

5.1.5. Da Qualificação da Mão de Obra

5.1.5.1. A mão de obra a ser contratada deverá possuir a seguinte qualificação:

5.1.5.1.1. Experiência profissional como Adestrador de Animal, comprovado mediante registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), Contrato de Prestação de Serviço ou outro documento idôneo, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, aprovado pela Fiscalização, por tempo não inferior a 12 (doze) meses, sendo admitido o somatório de períodos não contínuos;

5.1.5.1.1.1. A exigência da experiência profissional visa a contratação de profissionais que possuam conhecimento adequado à função a ser exercida, considerando tratar-se de uma atividade técnica, que engloba conhecimentos relativos a psicologia/comportamento animal alinhado às técnicas de adestramento.

5.1.5.1.2. Poderão ser admitidos profissionais que não tenham a experiência profissional supracitada, desde que possuam:

- a) Ensino médio completo; e
- b) Participação em cursos, estágios e/ou seminários que apresentem na sua grade curricular disciplinas teóricas e práticas com os objetivos e as cargas horárias mínimas discriminadas abaixo, comprovado mediante apresentação de certificado, diploma ou outro documento idôneo, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, aprovado pela Fiscalização:
 - a. Disciplinas teóricas com carga horária total mínima de 40 h/a que tenham como objetivos o histórico do cão, a interação com o homem e as teorias de aprendizagem;
 - b. Disciplinas práticas com carga horária total mínima de 60 h/a que tenham como objetivos o desenvolvimento de impulsos, exercícios de controle e administração de conflitos do processo de aprendizagem.

5.1.6. Do Preposto

5.1.6.1. A Contratada deverá, durante todo o período de vigência do Contrato, manter um preposto de prestação de serviço, com fins de representá-la administrativamente, sempre que necessário, e gerenciar operacionalmente os empregados;

5.1.6.2. O preposto deverá ser indicado mediante declaração, na qual deverão constar todos os dados pessoais necessários, tais como: nome completo, números de identidade e CPF, telefones para contato, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional, entre outros;

5.1.6.3. O preposto, indicado pela empresa e aceito pela Administração, deverá apresentar-se à unidade fiscalizadora, em até 01 (um) dia útil após assinatura do Contrato, para tratar de assuntos pertinentes à implantação dos postos e à execução do Contrato, relativos à sua competência, e firmar o Termo de Abertura do Livro de Ocorrências, destinado a registrar os principais acontecimentos ocorridos durante a execução do Contrato;

5.1.6.4. A Contratada deverá instruir seu preposto quanto à necessidade de atender prontamente a quaisquer solicitações do Contratante, do Fiscal do Contrato ou de seu substituto, bem como, do Gestor do Contrato, acatando imediatamente as determinações,

instruções e orientações destes, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, e devendo, ainda, tomar todas as providências pertinentes para que sejam corrigidas quaisquer falhas detectadas na execução dos serviços contratados;

5.1.6.5. São atribuições dos prepostos, dentre outras:

5.1.6.5.1. Comandar, coordenar e controlar a execução dos serviços contratados nas dependências do Contratante, de acordo com as determinações repassadas pela Área de Ensino do SECAN;

5.1.6.5.2. Acompanhar e fiscalizar os trabalhos realizados pelos empregados da Contratada;

5.1.6.5.3. Promover o controle da assiduidade e pontualidade dos empregados da Contratada;

5.1.6.5.4. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações, instruções e orientações emanadas da Fiscalização do Contrato;

5.1.6.5.5. Elaborar, acompanhar e controlar escalas de férias, evitando situações de prejuízo aos serviços contratados;

5.1.6.5.6. Reportar-se ao Fiscal ou Gestor do Contrato para dirimir quaisquer dúvidas a respeito da execução dos serviços;

5.1.6.5.7. Relatar à Fiscalização, bem como, ao Gestor do Contrato, pronta e imediatamente, toda e qualquer irregularidade observada;

5.1.6.5.8. Realizar, além das atividades e tarefas que lhe forem atribuídas, quaisquer outras que julgar necessárias, pertinentes ou inerentes à boa prestação dos serviços contratados;

5.1.6.5.9. Encaminhar mensalmente à Fiscalização do Contrato todas as Notas Fiscais/Faturas dos serviços prestados;

5.1.6.5.10. Esclarecer quaisquer questões relacionadas às Notas Fiscais/Faturas dos serviços prestados, sempre que solicitado;

5.1.6.5.11. Administrar todo e qualquer assunto relativo aos empregados da Contratada, respondendo perante o Contratante por todos os atos e fatos gerados ou provocados por eles.

5.1.6.6. Não será exigida a presença constante do preposto no local da prestação dos serviços, visando não onerar o Contrato, bem como, tendo em vista que as particularidades dos serviços não exigem a presença constante do mesmo.

5.1.7. Dos Adicionais de Periculosidade e Insalubridade

5.1.7.1. De acordo com a NR 15 – Atividades de Operações Insalubres e a NR 16 – Atividades e Operações Perigosas, em razão da natureza do trabalho e das condições do local trabalho, os trabalhadores regidos pela CLT lotados no Serviço de Canil Central fazem jus ao Adicional de Periculosidade equivalente a 30% (trinta) ou ao Adicional de Insalubridade equivalente a 20% (vinte), conforme o **Laudo de Avaliação Ambiental nº 08/2012 – SES/CRH/DGP**, cópia anexa;

5.1.7.2. Em função do Laudo mencionado acima, na proposta a ser apresentada deverá ser considerado o **Adicional de Periculosidade de 30% (trinta por cento)** relativo ao Adicional de Periculosidade;

5.1.7.3. Em caso de concessão ou exclusão de qualquer outro benefício por força de Laudo Pericial, no momento da assinatura ou decorrer da execução do Contrato, a extensão e/ou exclusão se dará por Termo Aditivo ao Contrato.

5.1.8. Da Vigência

5.1.8.1. O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contado da data da publicação do extrato do mesmo no DOU;

5.1.8.2. Por tratar-se de serviços essenciais para o desempenho das atividades institucionais da Polícia Federal, o Contrato poderá ser prorrogado, por meio de termo aditivo, a cada 12 (doze) meses, até o limite de 60 (sessenta) meses, observados os requisitos abaixo enumerados, de forma simultânea e desde que autorizado formalmente pela autoridade competente, quais sejam:

- a) Se os serviços tiverem sido prestados regularmente;
- b) Se a Administração mantiver interesse na realização do serviço;
- c) Se o valor do Contrato permanecer economicamente vantajoso para a Administração;
- d) Se a Contratada manifestar expressamente interesse na prorrogação.

5.1.9. Da Qualificação Técnica da Contratada

5.1.9.1. Como comprovação da aptidão técnica as empresas licitantes deverão apresentar no mínimo 01 (uma) Certidão ou Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando aptidão para desempenho de atividade pertinente em características, sendo admitido atestado que comprove o fornecimento de mão de obra de qualquer classificação, desde que seja compatível em quantidades e prazos com o objeto desta licitação.

5.1.9.1.1. A exigência acima visa comprovar a capacidade operacional da futura contratada, por meio de comprovação da experiência bem-sucedida em contratos anteriores, objetivando assim atrair licitantes que além de ofertar preços mais vantajosos para a administração, ofereçam também um serviço qualificado e eficiente.

5.1.10. Da Habilitação

5.1.10.1. Como condição de habilitação as empresas licitantes deverão entregar declaração de que possui ou que instalará escritório em Brasília, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do Contrato, dispondo de capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Contratante, bem como, realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários, tendo em vista possibilitar a logística de execução do Contrato com eficácia.

5.1.10.1.1. Foi observado em Contratos anteriores, os quais a Contratada não possuía escritório em Brasília, que a falta de estrutura local dificulta ou até mesmo impossibilita o gerenciamento satisfatório do Contrato por parte da Contratada, notadamente no que se refere ao saneamento de pendências eventuais, tais como, substituição em tempo hábil dos colaboradores em caso de faltas ou atestados, assistência imediata em caso de acidente de trabalho, entre outros.

5.1.11. Da Proposta

5.1.11.1. Para composição do custo e formação do preço unitário por posto de serviço as empresas licitantes deverão observar a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) ou qualquer outro Acordo ou Norma Coletiva aplicável à categoria objeto deste Termo, vigente na data da abertura da sessão pública do Pregão, não sendo aceitos salários inferiores aos estabelecidos nestes instrumentos;

5.1.11.2. Na apresentação da proposta deverá ser observado o quantitativo de **06 (seis) postos de trabalho**, com prestação de serviço das **07 (sete) às 16 (dezesesseis) horas**,

com jornada de trabalho de **40 (quarenta) horas semanais**, observando o disposto na Convenção Coletiva de trabalho vigente e na CLT quanto à jornada individual, de segunda a sexta-feira, com previsão de substituição em casos de faltas, atestados, licenças e férias;

5.1.11.3. Para composição do preço unitário por posto de trabalho deverão ser considerados o fornecimento dos EPI's e dos Uniformes (**Tabela 02**), o adicional de periculosidade de 30% (trinta por cento), demais benefícios, auxílios e adicionais previstos na CCT vigente, assim como, todos os encargos, tributos, fretes, tarifas, despesas administrativas, lucro e demais despesas indiretas decorrentes da execução do objeto;

5.1.11.4. A proposta de preço deverá estar acompanhada dos seguintes documentos:

5.1.11.4.1. Planilha de custos e formação de preços detalhada, contendo os valores unitários discriminados por posto de serviço, relativos aos encargos sociais e trabalhistas, aos insumos da mão de obra, aos tributos, aos insumos gerais e aos demais custos relativos ao objeto deste Termo;

5.1.11.4.2. Planilha de preços unitários e totais ofertados para os Uniformes, conforme **Tabela 02**;

5.1.11.4.3. Memória de cálculo detalhada que contenha a metodologia e fórmulas adotadas pela licitante para obtenção dos valores propostos para os encargos, insumos e demais componentes da planilha de composição de custos e formação de preços unitários dos postos de serviço envolvidos na contratação.

5.1.11.5. O salário a ser pago será aquele apresentado na proposta da licitante vencedora, não sendo admitido salário inferior ao definido na Convenção Coletiva de Trabalho vigente.

5.1.12. Do Julgamento da Proposta

5.1.12.1. Será considerada vencedora a licitante que apresentar proposta com menor preço global, não sendo aceito valor superior ao valor máximo de referência definido no **item 01** deste instrumento.

5.1.13. Do Valor Contratual Estimado

5.1.13.1. O custo mensal estimado da presente contratação é de **R\$ 43.156,92 (quarenta e três mil, cento e cinquenta e seis reais e noventa e dois centavos)**, totalizando o valor máximo anual de **R\$ 517.883,04 (quinhentos e dezessete mil, oitocentos e oitenta e três reais e quatro centavos)** para os 12 (doze) meses de vigência contratual;

5.1.13.2. O custo mensal estimado da contratação e o respectivo valor máximo global foram apurados mediante Pesquisa de Preços de Mercado, conforme Mapa Comparativo das Propostas, ambos anexos;

5.1.13.3. Foi observado que os valores dos salários base considerados por todas as propostas apresentadas foi de, no mínimo, R\$ 2.104,24 (dois mil, cento e quatro reais e vinte e quatro centavos), de acordo com o mínimo estabelecido na **Convenção Coletiva de Trabalho nº DF000115/2017**, anexa.

5.1.14. Da Dotação Orçamentária

5.1.14.1. A dotação orçamentária para presente contratação será definida no Edital.

5.1.15. Do Pagamento

5.1.15.1. O pagamento deverá ser efetuado mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura pela Contratada, devidamente atestada pela Administração, conforme

disposto na Instrução Normativa DG/DPF nº 51/2011, em observância ao artigo 73 da Lei nº 8.666, de 1993 e observado o disposto no artigo 35 da IN SLTI/MPOG nº 03/2009;

5.1.15.2. Os encargos sociais a serem provisionados em conta vinculada, criada por ocasião da presente contratação, estão elencados no Anexo VII da IN SLTI/MPOG nº 02/2008, entre os quais, férias e adicional de Férias, 13º Salário, multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa, em respeito à Instrução Normativa mencionada e alterações;

5.1.15.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada das seguintes comprovações:

5.1.15.3.1. Comprovação do pagamento da remuneração e das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última Nota Fiscal ou fatura vencida, compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, na forma do § 4º do artigo 31 da Lei nº 9.032, de 28 de abril de 1995, quando se tratar de mão de obra diretamente envolvida na execução dos serviços na contratação de serviços continuados;

5.1.15.3.2. Comprovação da regularidade fiscal, constatada através de consulta "on-line" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no artigo 29 da Lei nº 8.666/93;

5.1.15.3.3. Comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, correspondentes ao mês corrente.

5.1.15.4. O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS ensejarão o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis;

5.1.15.5. O prazo para pagamento da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pela Administração, será de até 30 (trinta) dias, contados da data de sua apresentação por parte da Contratada;

5.1.15.6. Caso não seja apresentada, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a documentação pertinente prevista no Contrato, a contagem do prazo citado no subitem anterior será interrompida, após notificação por parte da Fiscalização, até a apresentação da documentação restante por parte da Contratada;

5.1.15.7. Poderão ser descontados da Nota Fiscal/Fatura os valores decorrentes de sanções aplicadas pelo Contratante em função de descumprimento do Contrato, garantido o direito do contraditório e prévia defesa à Contratada;

5.1.15.8. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de aplicação de penalidade ou inadimplência decorrente do Contrato;

5.1.15.9. As Notas Fiscais contendo incorreções serão devolvidas à empresa, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, com as razões da devolução apresentadas formalmente, para as devidas retificações;

5.1.15.10. O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.1.16. Da Conta Vinculada

5.1.16.1. Durante a execução do Contrato, a Administração poderá exigir do Contratado a abertura de conta vinculada, em instituição bancária oficial, bloqueada para movimentação e aberta em nome da empresa, para depósito direto das provisões de pagamento dos encargos trabalhistas, que serão destacadas do valor mensal do Contrato, de acordo com o artigo 19-A e Anexo VII da IN SLTI/MPOG nº 02/2008, alterada pela IN SLTI/MPOG nº 03/2009;

5.1.16.2. Em ocorrendo tal situação, será exigida da Contratada a assinatura de termo específico da instituição financeira oficial, no ato da regularização da conta vinculada, que permita o Contratante ter acesso aos saldos e extratos, e vincule a movimentação dos valores depositados à autorização da Administração;

5.1.16.3. A conta vinculada será movimentada pela Contratada mediante autorização do Contratante, exclusivamente para o pagamento dessas obrigações, nas seguintes condições:

5.1.16.3.1. Parcial e anualmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários, quando devidos;

5.1.16.3.2. Parcialmente, pelo valor correspondente aos 1/3 de férias, quando dos gozos de férias dos empregados vinculados ao Contrato;

5.1.16.3.3. Parcialmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários proporcionais, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da demissão de empregado vinculado ao Contrato;

5.1.16.3.4. Ao final da vigência do Contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.

5.1.16.4. A Contratada poderá solicitar a autorização do Contratante para utilizar os valores da conta vinculada para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados alocados na execução do Contrato, ocorridas durante sua vigência;

5.1.16.5. Após cada pagamento realizado com os recursos da conta vinculada, a Contratada deverá apresentar ao Contratante, no prazo máximo de 03 (três) dias, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas;

5.1.16.6. O Saldo da conta vinculada será remunerado pelo índice da poupança ou outro definido no acordo de cooperação firmado entre o Contratante e a instituição bancária, desde que obtenha maior rentabilidade;

5.1.16.7. No momento do encerramento do Contrato, o saldo remanescente da conta vinculada será liberado à empresa, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a execução completa do Contrato e a comprovação, por parte da empresa, da plena quitação de todos os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários a ele relativos;

5.1.16.8. Os valores devidos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS serão retidos na fatura e depositados diretamente nas respectivas contas vinculadas dos trabalhadores alocados na execução do Contrato, observada a legislação específica, e conforme o artigo 19-A, inciso II, da IN SLTI/MPOG nº 02/2008, e autorização expressa a ser concedida pela Contratada no momento da assinatura do Contrato.

6. DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

6.1. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

- 6.1.1. Os profissionais deverão ser devidamente capacitados e dotados de conduta anterior positiva para a execução dos serviços;
- 6.1.2. Os profissionais deverão trabalhar devidamente uniformizados, com os Uniformes limpos e íntegros;
- 6.1.3. Os serviços deverão ser executados com a adoção de todas as medidas relativas à proteção das pessoas e dos animais ligadas as atividades a serem desenvolvidas, observadas as leis em vigor;
- 6.1.4. Os serviços deverão ser executados segundo uma rotina pré-estabelecida pela Área de Ensino do SECAN;
- 6.1.5. Deverão ser tomados os devidos cuidados para preservação do meio ambiente, de acordo com as legislações específicas em vigor, cabendo à Contratada a responsabilidade pelos eventuais descumprimentos;
- 6.1.6. Deverão ser atendidas todas as normas de segurança previstas na legislação vigente.

7. DOS UNIFORMES

7.1. Os Uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no Órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes;

7.2. As peças dos Uniformes deverão ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo as características básicas e os parâmetros mínimos definidos na **Tabela 02** abaixo discriminada, de acordo com as quantidades e os prazos de entrega estipulados:

Tabela 02

ITEM	PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE POR FUNCIONÁRIO
1	Camisa polo, manga curta, malha fria, na cor cinza com logomarca da empresa.	Unidade	05/semestre
2	Calça camuflada confeccionada em tecido rip stop profissional, com 02 (dois) bolsos laterais e 02 (dois) traseiros com tampa e 02 (dois) bolsos frontais tipo faca.	Unidade	03/semestre
3	Bota cano curto em couro, impermeável, com solado em alto relevo (mínimo de 0,05cm), na cor preta.	Par	01/semestre
4	Meia em algodão na cor branca.	Par	06/semestre
5	Avental impermeável para limpeza pesada em material resistente.	Unidade	01/semestre
6	Capa para chuva com capuz em material resistente.	Unidade	01/semestre
7	Boné camuflado, material rip stop.	Unidade	02/semestre
8	Luva de proteção tricotada pigmentada, confeccionada em algodão, com pigmentos de PVC na palma.	Par	02/semestre

7.3. O fornecimento dos Uniformes deverá ser efetivado da seguinte forma:

7.3.1. 01 (um) conjunto completo ao empregado no início da execução do Contrato, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, a contar do início da vigência do Contrato, devendo ser apresentada amostra de cada peça à Fiscalização, para aprovação antes da execução final do conjunto;

7.3.2. Deverá ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, podendo ser substituída qualquer peça, a qualquer época, no prazo máximo de 07 (sete) dias corridos, após comunicação escrita da Contratante, sempre que a peça não atenda as condições mínimas de apresentação;

7.3.2.1. Caso alguma peça do uniforme sofra algum dano, em função do uso ou da baixa qualidade do material entregue, que prejudique o trabalho ou a boa apresentação dos funcionários, a Contratada também deverá substituir a peça danificada no prazo estipulado no subitem anterior, sem ônus para o Contratante ou para o terceirizado.

7.3.3. Não poderá ser exigido o uniforme antigo por ocasião da entrega dos novos, assim como, ao término do Contrato, com exceção das camisas que contiverem a logomarca da empresa;

7.3.4. No caso de empregada gestante, os Uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

7.4. Os Uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela Fiscalização do Contrato, no prazo de até 05 (cinco) dias corridos após a entrega.

8. DOS MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

8.1. Para desenvolvimento dos trabalhos de adestramento e socialização dos animais serão utilizados diversos materiais, **todos fornecidos pelo Contratante**, tais como: toalhas, panos, tubos de PVC, pás, tocos de madeira, bolinhas, pedaços de tecidos, ferros, latas, bebedouros e comedouros para alimentação dos cães, malas, utensílios domésticos, roupas, sapatos, caixas de papelão, sacolas, veículos de passeios e caminhões, entre outros.

9. DO INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1. A execução dos serviços será iniciada na data da publicação do extrato do Contrato no DOU, na forma que segue:

9.1.1. **06 (seis) postos de trabalho**, com prestação dos serviços das **07 (sete) às 16 (dezesseis) horas**, de segunda a sexta-feira.

10. DA VISTORIA

10.1. **Não será exigida vistoria** de que trata o inciso VIII do artigo 15 da IN SLTI/MPOG nº 02/2008, por entender-se que as informações contidas neste Termo são suficientes para a elaboração da proposta;

10.2. A despeito de não existir tal exigência, estará franqueada aos interessados a vistoria ao local de prestação dos serviços para aqueles que assim o desejarem;

10.3. Caso haja interesse dos licitantes na realização da vistoria, a mesma deverá ser acompanhada por servidor do SECAN, designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 14:00 (quatorze) às 17:00 (dezesete) horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (61) 2024 9215;

10.4. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para abertura da sessão pública;

10.5. Para vistoria, o licitante, ou seu representante deverá estar devidamente identificado.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 11.2. Exercer o acompanhamento e a Fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 11.4. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do Órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;
- 11.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 11.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o artigo 36, § 8º da IN SLTI/MPOG nº 02/2008;
- 11.7. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
 - 11.7.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
 - 11.7.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
 - 11.7.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
 - 11.7.4. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio Órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens, quando for o caso.
- 11.8. Não permitir a execução de serviços em desacordo com o preestabelecido;
- 11.9. Aplicar penalidades e multas previstas no Contrato, mediante o devido processo administrativo, garantido a ampla defesa e o contraditório, com os devidos registros no SICAF;
- 11.10. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa desempenhar seus serviços dentro das normas e condições do Contrato;
- 11.11. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao serviço que venham a ser solicitados pelos empregados da empresa;
- 11.12. Rejeitar no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada;
- 11.13. Destinar local para guarda dos materiais de consumo e fornecer condições adequadas para instalação dos equipamentos, quando for o caso;
- 11.14. Exigir o cumprimento dos requisitos de qualificação profissional definidos no Edital e seus anexos;
- 11.15. Analisar os termos de rescisão dos Contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do Contrato, nos termos do artigo 34, § 5º, d, I e § 8º da IN SLTI/MPOG nº 02/2008.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Fiscal do Contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.3. Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração;

12.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor, assim como, observando a qualificação mínima exigida no Edital e seus anexos;

12.6. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no Órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

12.7. Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

12.8. Fornecer os Uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

12.9. As empresas Contratadas que sejam regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) deverão apresentar a seguinte documentação no primeiro mês de prestação dos serviços:

12.9.1. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

12.9.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela Contratada; e

12.9.3. Exames médicos admissionais dos empregados da Contratada que prestarão os serviços;

12.9.4. Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do Contrato administrativo;

12.9.5. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do Contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do Contrato administrativo.

12.10. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa Contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela Fiscalização do Contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à

Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

12.11. Substituir, no prazo de até 04 (quatro) horas, após conhecimento do fato, em caso de eventual ausência, tais como, faltas, férias, atestados e licenças, o empregado posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato;

12.11.1. Nos casos de substituição por falta, atestado ou licença, quando o conhecimento do fato se der, após às 11:00 horas, a substituição poderá ser realizada no dia útil subsequente;

12.12. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

12.13. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante;

12.13.1. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a Contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

12.14. Autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do Contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como, das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;

12.14.1. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos Contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como, das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

12.15. Autorizar o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da Contratada, bem como, de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo VII da IN SLTI/MPOG nº 2, de 2008, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas § 1º, do artigo 19-A, da referida norma;

12.15.1. O montante dos depósitos da conta vinculada será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do Órgão ou entidade promotora da licitação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

12.15.1.1. 13º (décimo terceiro) salário;

12.15.1.2. Férias e um terço constitucional de férias;

12.15.1.3. Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa;
e

12.15.1.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário, em conformidade com o grau de risco de acidente de trabalho e as alíquotas de contribuição previstas no artigo 22, inciso II, da Lei nº 8.212, de 1991 (Item 12 do Anexo VII da IN SLTI/MPOG nº 02/2008).

12.15.2. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo VII da IN SLTI/MPOG nº 2/2008;

12.15.3. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança *pro rata die*, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta licitação e instituição financeira;

12.15.3.1. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

12.15.4. Os valores referentes às provisões mencionadas no Edital e seus anexos que sejam retidos por meio da conta-depósito, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços;

12.15.5. Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados;

12.15.6. A empresa Contratada poderá solicitar a autorização do Órgão ou Entidade Contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do Contrato;

12.15.6.1. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento;

12.15.6.2. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

12.15.7. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos;

12.15.8. A empresa deverá apresentar ao Órgão ou Entidade Contratante, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas;

12.15.9. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do Contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

12.16. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

12.17. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo Fiscal do Contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

12.18. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;

12.19. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo Contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

12.20. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos Órgãos Públicos, relativas ao Contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

12.20.1. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

12.20.2. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

12.20.3. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

12.21. Deter instalações e aparelhamento, quando for o caso, assim como, pessoal técnico adequado e disponível para a realização do objeto da licitação;

12.22. Nomear o preposto mediante declaração, informando todos os dados pessoais necessários, tais como: nome completo, números de identidade e CPF, telefone para contato, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional, entre outros;

12.23. Cuidar para que o preposto mantenha permanentemente contato com a Fiscalização do Contrato e adote as providências requeridas relativas à execução dos serviços pelos empregados, assim como, comande, coordene e controle a execução dos serviços contratados;

12.24. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

12.25. Fornecer, sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição da Contratante;

12.26. Não permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos, tendo em vista que os colaboradores lotados no Serviço de Canil Central fazem jus ao Adicional de Periculosidade equivalente a 30% (trinta por cento) ou ao Adicional de Insalubridade equivalente a 20% (vinte por cento), conforme o **Laudo de Avaliação Ambiental nº 08/2012 – SES/CRH/DGP**;

12.27. Manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.28. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;

12.29. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do artigo 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

12.30. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do Contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do artigo 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do artigo 17, XII, artigo 30, § 1º, II e do artigo 31, II, todos da LC nº 123, de 2006;

- 12.30.1. Para efeito de comprovação da comunicação, a Contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do Contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.
- 12.31. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 12.32. Sujeitar-se à retenção da garantia prestada e dos valores das faturas correspondentes a 01 (um) mês de serviços, por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, podendo a Administração Contratante utilizá-los para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao Contrato no caso da não comprovação (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos do artigo 35, parágrafo único da IN SLTI/MPOG nº 02/2008;
- 12.33. Apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do Órgão;
- 12.33.1. Em função do Contratante tratar-se de Órgão de Segurança Pública, onde a segurança das informações é essencial ao desenvolvimento dos trabalhos de sua competência, faz-se necessária a apresentação exigida no subitem anterior, mesmo que não tenha sido solicitado pela Administração.
- 12.34. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual e municipal, as normas de segurança da Administração;
- 12.35. Fazer seguro de seus empregados contra risco de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do Contrato, conforme exigência legal;
- 12.36. Pagar, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, os salários de seu pessoal;
- 12.37. Observar os prazos legais e regulamentares na entrega dos vales-transportes e vales-refeições;
- 12.38. Observar e responsabilizar-se rigorosamente pelo cumprimento das cláusulas estipuladas em Convenção Coletiva de Trabalho, Acordo ou Norma vigente da categoria;
- 12.39. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em decorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados ou terceiros no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências do Contratante;
- 12.40. Assumir a responsabilidade e tomar as medidas necessárias ao atendimento de seus empregados acometidos de mal súbito, por meio do preposto;
- 12.41. Encaminhar mensalmente as Notas Fiscais/Faturas dos serviços prestados, bem como, os comprovantes de pagamento dos salários e benefícios dos seus empregados e do devido recolhimento dos encargos sociais, em especial ao INSS e FGTS, juntamente com as folhas de frequência devidamente assinadas;
- 12.42. Instruir seus empregados quanto à prevenção de incêndio nas áreas da Administração;

- 12.43. Submeter-se à Fiscalização do Contratante, quando necessário, no que tange ao cumprimento dos encargos sociais, bem como, no que se refere à remuneração dos profissionais, objeto do Contrato;
- 12.44. Observar e orientar a conduta adequada na utilização de materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, objetivando a correta execução dos serviços;
- 12.45. Adotar boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e diminuição de poluição;
- 12.46. Adotar medidas, precauções e cuidados tendentes a evitar danos materiais e pessoais a seus empregados, prepostos ou terceiros, quando da execução dos serviços contratados, ficando sob sua inteira responsabilidade os prejuízos deles decorrentes;
- 12.47. Controlar e responsabilizar-se pela disciplina e a apresentação pessoal dos seus empregados durante a execução dos serviços contratados, providenciando, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após notificação por parte da Fiscalização, a substituição de qualquer empregado ou preposto cuja conduta, atuação, permanência e/ou comportamento sejam qualificados ou entendidos como prejudiciais, inconvenientes, inadequados ou insatisfatórios à disciplina do Contratante ou ao interesse do Serviço Público;
- 12.48. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o Contrato, nem subcontratar quaisquer das prestações a que está acordada;
- 12.49. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste Projeto Básico, sem a prévia autorização do Contratante;
- 12.50. Registrar e controlar diariamente a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, apresentando mensalmente relatório de frequência, juntamente com a folha de ponto;
- 12.51. Orientar seus funcionários visando sempre à manutenção de um bom relacionamento interpessoal, respeitando seus colegas de trabalho, demonstrando disciplina e urbanidade;
- 12.52. Informar ao SECAN, sempre que possível, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, para efeito de controle de acesso às suas dependências, todas as ocorrências de afastamentos e substituições temporárias dos seus funcionários, juntamente com os dados dos substitutos;
- 12.53. Informar a Fiscalização, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, o funcionário que fruirá férias no período subsequente, juntamente com os dados do substituto;
- 12.54. Liberar no máximo um funcionário por mês para a fruição de férias;
- 12.55. Responsabilizar-se pelo transporte dos empregados de suas residências até as dependências do Contratante, bem como, o retorno, por meios próprios, em casos de paralisação dos transportes públicos coletivos;
- 12.56. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à União ou a terceiros.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

14. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação

exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do Contrato.

15. DO CONTROLE E GESTÃO DO CONTRATO E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1. O acompanhamento, a Gestão e a Fiscalização da execução do Contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do artigo 6º do Decreto nº 2.271, de 1997;

15.1.1. A Fiscalização/Gestão dos Contratos, no que se refere ao cumprimento das obrigações trabalhistas, deve ser realizada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o Contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

15.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do Contrato;

15.3. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da IN SLTI/MPOG nº 02, de 2008;

15.4. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

15.5. A execução dos Contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no artigo 34 da IN SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso;

15.6. O Fiscal/Gestor do Contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

15.7. No caso de fornecimento de material a ser utilizado na execução dos serviços, a conformidade do mesmo deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso;

15.8. Os representantes da Contratante deverão promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do artigo 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

15.9. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais nas contratações com dedicação exclusiva dos trabalhadores da Contratada, exigir-se-á, dentre outras, as comprovações previstas no § 5º do artigo 34 da IN SLTI/MPOG nº 02, de 2008;

15.10. O Fiscal/Gestor do Contrato também poderá solicitar ao preposto que forneça os seguintes documentos: a) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração Contratante; b) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o Órgão ou Entidade Contratante; c) cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários; d) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da

prestação dos serviços e de qualquer empregado; e e) comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo Contrato;

15.10.1. Tal solicitação será realizada periodicamente, por amostragem, isto é, abrangendo, a cada ocasião, determinado quantitativo de empregados, de modo que, ao final de 12 (doze) meses de execução contratual, todos ou a maior parte dos empregados alocados tenham sido abrangidos ao menos uma vez;

15.10.2. Para tanto, conforme previsto neste Termo de Referência, a empresa deverá instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção de tais informações, bem como, oferecer os meios necessários para que obtenham tais extratos, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível;

15.10.3. Os empregados também deverão ser orientados a realizar tais verificações periodicamente e comunicar ao Fiscal do Contrato qualquer irregularidade, independentemente de solicitação por parte da Fiscalização.

15.11. O Fiscal/Gestor do Contrato poderá solicitar ao preposto os documentos comprobatórios da realização do pagamento de vale-transporte e auxílio alimentação em nome dos empregados, relativos ao período de execução contratual, para fins de conferência pela Fiscalização;

15.11.1. Tal solicitação será realizada periodicamente, inclusive por amostragem, isto é, abrangendo, a cada ocasião, determinado quantitativo de empregados, de modo que, ao final de 12 (doze) meses de execução contratual, todos ou a maior parte dos empregados alocados tenham sido abrangidos ao menos uma vez.

15.12. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993;

15.13. O Contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias;

15.14. A Fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o artigo 70 da Lei nº 8.666, de 1993;

15.15. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços ou em razão da dispensa de empregado vinculado à execução contratual, a Contratada deverá entregar no prazo de 10 (dez) dias corridos a seguinte documentação pertinente a cada trabalhador: a) termos de rescisão dos Contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria; b) guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais; c) extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado; e d) exames médicos demissionais dos empregados dispensados;

15.16. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração;

15.17. Sem prejuízo da plena responsabilidade da empresa perante a Polícia Federal, demais Órgãos ou a terceiros, os serviços estarão sujeitos a mais ampla e restrita fiscalização, a qualquer

hora e em todas as etapas, e a presença de servidor designado não diminuirá a responsabilidade da empresa na sua execução;

15.18. Cumprir ao Fiscal/Gestor do Contrato comunicar ao Ministério da Previdência Social e à Receita do Federal do Brasil qualquer irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias;

15.19. De igual modo, devem ser realizadas comunicações ao Ministério do Trabalho e Emprego acerca de irregularidades no recolhimento do FGTS dos respectivos trabalhadores terceirizados (IN SLTI/MPOG nº 02/2008, artigo 34, §§ 9º e 10 com a redação da IN SLTI/MPOG nº 06/2013 e Acórdão TCU 1214/2013-Plenário);

15.20. As decisões e providências que ultrapassem a competência do Fiscal/Gestor do Contrato ou seu substituto serão encaminhadas, por escrito, à autoridade superior, em tempo hábil, para adoção das imediatas medidas saneadoras.

16. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

16.1. Por tratar-se de contratação de fornecimento de mão de obra não se visualizou a necessidade de previsão de recebimento provisório e definitivo dos serviços.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

17.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

17.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

17.1.3. Fraudar na execução do Contrato;

17.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

17.1.5. Cometer fraude fiscal;

17.1.6. Não manter a proposta.

17.2. Comete falta grave, podendo ensejar a rescisão unilateral da avença, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e do impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520, de 2002, aquele que:

17.2.1. Não promover o recolhimento das contribuições relativas ao FGTS e à Previdência Social exigíveis até o momento da apresentação da fatura;

17.2.2. Deixar de realizar pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação no dia fixado.

17.3. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

17.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

17.3.2. Multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

17.3.2.1. Em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia de atraso, observado o máximo

de 2% (dois por cento), de modo que o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração Contratante a promover a rescisão do Contrato;

17.3.2.2. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

17.3.3. Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total do objeto;

17.3.3.1. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.

17.3.4. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

17.3.5. Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

17.3.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

17.4. Também ficam sujeitas às penalidades do artigo 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

17.4.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

17.4.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

17.4.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

17.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados ao Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente;

17.6. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

17.7. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à Contratada;

17.8. Se o valor a ser pago à Contratada não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual;

17.9. Se os valores do pagamento e da garantia forem insuficientes, fica a Contratada obrigada a recolher a importância devida dentro do prazo, conforme notificação;

17.10. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela Contratada ao Contratante, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa;

17.11. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dias) dias úteis, contado da solicitação do Contratante, a partir do qual se observará o disposto na cláusula contratual relativa à garantia;

17.12. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999;

17.13. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como, o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;

17.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF;

17.15. As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da licitação estão previstas no Edital.

18. DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS

18.1. Consoante o artigo 45 da Lei no 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. O presente Termo de Referência foi elaborado segundo Modelo disponibilizado no Portal da AGU, referente a Pregão Eletrônico - Serviços Contínuos com Mão de Obra Exclusiva, atualizado em janeiro/2016.

20. DOS DOCUMENTOS ANEXOS

- 20.1. Mapa Comparativo de Preços;
- 20.2. Pesquisa de Preços de Mercado;
- 20.3. Convenção Coletiva de Trabalho DF000115/DF;
- 20.4. Relação dos Cães alocados no SECAN em maio/2017;
- 20.5. Laudo de Avaliação Ambiental nº 08/2012 – SES/CRH/DGP;
- 20.6. Exemplos de Cronograma de Treinamento;
- 20.7. Relação de Locais de Treinamento.

MARCELO AZEM
Matrícula 6.993
Chefe do SECAN/DIREN/CGRE

Despacho DICOR:

- 1. Ciente;
- Aprovo o presente Termo de Referência, conforme o disposto no Inciso II do artigo 9º do Decreto nº 5.450/2005.